**DECLARAÇÃO**

**…..**, com sede em …, com número único de matrícula e de pessoa coletiva …., representada por …., na qualidade de gerente/administrador, com poderes para o ato, Declara, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 5.º-A do Decreto-Lei n.º 79-A/2020, de 1 de outubro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 94-A/2020, de 3 de novembro, que o trabalhador ….., exerce as funções de ….., as quais se revelam incompatíveis de ser exercidas no regime de teletrabalho, nos termos e com os fundamentos que passa a expor.

O exercício de funções, comportando a planificação, organização e execução da contabilidade das entidades à qual a **….** presta os seus serviços, exige, em conformidade com a responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal, a consulta e tratamento de um volume de documentos e dados que no caso concreto deverão, em regra, ser realizados nas instalações da ….

A prestação do trabalho no local habitual revela-se o mais adequado ao registo fiel e verdadeiro da realidade patrimonial das empresas, em especial no final do ano, com o encerramento de contas e (*outras operações a executar*) procedendo-se ao envio para as entidades públicas competentes, nos termos legalmente definidos, da informação contabilística e fiscal definida na legislação em vigor.

Por ser verdade e se revelar necessária se emite a presente declaração.

….., … de … de 2020.